
Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo*

Ana Clara Torres Ribeiro** e Cátia Antonia da Silva***

“Realidade-enquanto-premissa e realidade-enquanto-conclusão são os dois principais nexos associando representações (subjetividade) e mundo profano (objetividade)”

Wanderley Guilherme dos Santos, 1990

Exatidão, precisão e poder administrativo

A escolha da epígrafe sinaliza as indagações mais profundas que constroem as questões deste ensaio. Trata-se de apreender, simultaneamente, o sentido de realidade afirmado no presente–, orientador da ação hegemônica, e indicativo do fechamento sistêmico do futuro próximo¹ –e concreções espaço-temporais resultantes deste sentido. Para nossos propósitos analíticos, a hegemonia articula-se ao sentido provisório e parcial, já que orientador da ação de apenas alguns, destilado por características do discurso dominante da globalização, esclarecedor da permanência da pretensão moderna de apreender e sintetizar o *Todo* e o *novo*². Pretensão que, na atual conjuntura, com menor vontade

* Este texto expressa resultados analíticos alcançados no Laboratório da Conjuntura Social: tecnologia e território (LASTRO) do IPPUR/UFRJ e, especialmente, na pesquisa “Micro-conjuntura: informação e oportunidade nas metrópoles brasileiras”, desenvolvida com apoio do CNPq. Agradecemos as contribuições da socióloga Amélia Rosa Sá Barreto aos trabalhos do LASTRO e o convívio intelectual, altamente estimulador e gratificante, com Milton Santos e Maria Adélia de Souza no âmbito do Laboratório de Geografia Política e Planejamento Territorial e Ambiental do Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo. A primeira versão deste texto foi apresentada e debatida no IX Congresso Brasileiro de Sociologia – A sociologia para o século XXI, promovido pela Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), Porto Alegre, 30/8 a 3/9/99. Agradecemos, por esta oportunidade, ao sociólogo Brasilmar Nunes, da Universidade de Brasília.

** Socióloga, Doutora em Ciências Humanas pelo Departamento de Sociologia da Universidade de São Paulo, Pesquisadora CNPq, Professora do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

*** Geógrafa, Mestre em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR / UFRJ e Doutoranda do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Departamento de Geografia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, campus de São Gonçalo.

civilizatória mas com o mesmo espírito missionário –tão bem anunciado por Max Weber (1987)– absorve argumentos com origem no desvendamento do mundo possibilitado pela técnica (Latouche, 1996; Castillo, 1999).

A magnitude dos processos contemporâneos de modernização não permite, sem fortes questionamentos, a afirmação da emergência de tempos pós-modernos, propícios ao *bric a brac* com o passado, à escolha estudada de valores, à apropriação reflexiva da sabedoria historicamente acumulada ou ao elogio indiscriminado da técnica. Entretanto, a percepção –ainda que superficial– da magnitude da mudança, impõe, mais do que ontem, a denúncia da fragilidade do denominado pensamento único e o reconhecimento coerente e simultâneo de nossa ignorância relativa. A consciência da ignorância é indispensável face aos comandos da denominada sociedade da informação (Schafft, 1992). Traduz, aliás, o esgotamento de anteriores projetos para a vida coletiva, com suas narrativas e mecanismos institucionais de convencimento.

Convém aceitar que a consciência da ignorância relativa é simultânea à perda de poder de síntese: real ou aspirado. Afinal, impedimentos ao pensamento teleológico só poderiam emergir numa época marcada por disputas em torno da linguagem sintética e pela desestabilização de paradigmas, associados a projetos para as sociedades contemporâneas. A voracidade, expressa na busca incessante da inovação, torna instáveis anteriores campos do pensar e do agir, o que impõe a aceitação da complexidade ao pensamento crítico (Morin, 1996). É através da apreensão da insegurança do presente que podemos compreender, de forma contraditória, o teor da racionalidade da atual busca de uma ciência pós-moderna, ao mesmo tempo herdeira e contestadora de conquistas da modernidade (Santos, B. S., 1989 e 1998).

Essa racionalidade traz novas conotações ao pensamento crítico. Aprender a parcialidade dos processos contemporâneos e a incerteza constitui uma obrigação ética. Porém, esta obrigação não implica em desembarque da modernidade, mas sim, numa comprometida vivência do presente. É nesta temporalidade que acontece, afinal, a disputa do futuro (Léfèbvre, 1969). Esta tem sido a temporalidade negada pela principal característica dos tempos modernos –a sua enorme tensão para frente que, ao radicalizar a disputa entre desiguais, seduz os segmentos sociais e os intelectuais integrados nos vetores da modernização econômica e cultural. Hoje, a desigualdade manifesta-se na distância econômica entre aqueles que aprenderam a fazer da parcialidade sistematizada o Todo (presente e futuro) e aqueles que vivem as conseqüências deste fazer, nas partes ou fragmentos que lhes cabem na atual modernização, mais uma vez parcial e marginalizadora.

Abandonar a referência a totalidades analíticas, retirando de cena instrumentos da reflexão crítica do mundo, implicaria em fazer o jogo daqueles que procuram sistematizar o novo Todo, ou seja, em aceitar, sem desvios e resistências, a atual totalização sistêmica do mundo, do ocidente desencarnado e

orientado pela ótica mercantil ilimitada e pelo acionamento de estratégias econômico-militares que transformam contextos da vida coletiva em alvos de investimentos sem compromissos com a preservação de heranças culturais, acúmulos institucionais e conquistas coletivas. A globalização pode ser lida, portanto, como ocidente, técnica e modernidade, descolados de ciência e filosofia. Pode ser lida, também, como réquiem da economia política, na medida em que afirma-se a gestão econômica sem maiores investimentos discursivos, o que significa, afinal, o descarte da política. Nesta gestão, acontece o privilégio aos vínculos entre poder econômico e poder administrativo.

Concretamente, o poder construído na escala-mundo independentiza-se da necessidade de convencer, mas não da necessidade de seduzir. Estas tarefas da sedução têm sido deixadas aos especialistas em mercadorias, isto é, às técnicas de construir pontes ágeis entre economia e cultura. Em termos analíticos, e de forma desafiadora para o pensamento crítico, a operação mercantil da cultura e a subordinação da política à economia, e ainda, o esmaecimento institucional, são indicativos da existência de verdadeiros desafios à análise histórico-estrutural.

Trata-se da emergência de um fazer –que desvende produtos em qualquer esfera ou nível da vida social– que diferencia a inovação hoje. O princípio da inovação –trazido para o âmbito do indivíduo na condição de estímulo à criatividade e à iniciativa– rompe níveis e esferas da vida social. Henri Léfèbvre (1984) já indicava, nos anos 60, que essas rupturas correspondiam à banalização da vida social. É este processo que emerge, em suas conseqüências nos anos 90 e no Brasil, das palavras de Jurandir Freire Costa: “É preciso reagir, não se conformar com a paralisia da vontade e vencer a banalização da vida e da morte a que somos submetidos cotidianamente, criando um novo modelo cultural (...) É lamentável o que a instância econômica hegemônica vem fazendo de nossas vidas, como o amor, a sexualidade, a intimidade, as sensações e os limites do nosso corpo” (“O humanismo ameaçado”, *Jornal do Brasil*, 24/01/99).

Assim, não basta a denúncia dos elementos operacionais que sustentaram, historicamente, o positivismo, o evolucionismo –ainda presentes no discurso hegemônico– e numerosos discursos modernos, inclusive críticos. Trata-se, ainda mais, de reconhecer que a análise estrutural, conforme historicamente concebida, esteve vinculada à construção da ordem capitalista, ao próprio amadurecimento da divisão social do trabalho. Os movimentos de destruição e construção resgatados, por exemplo, por Marshall Berman (1986), a partir da exploração do trabalho denunciada por Marx e Engels no *Manifesto Comunista*, são expressões da configuração histórica da ordenação capitalista do mundo (e da cidade). No presente, para que seja satisfeito o Fausto, a homogeneização permitida pela técnica e pela sedimentação das relações sociais deve ser rompida através de novas apropriações empresariais das condições herdadas (materiais ou imateriais)³.

Poderia-se dizer, neste sentido, que a sociedade da informação pressiona, desapropriando e formatando, elementos da sociedade de massas, assim como

segmentos dos espaços metropolitanos e da rede urbana, já que estes constituem evidentes concreções espaço-temporais da modernidade. Nesta direção, talvez possa ser afirmado que a mescla, profundamente ativa, informação/inação configura o real vetor dos processos contemporâneos de destruição/(re)construção da materialidade e da sociabilidade. O predomínio da informática, por exemplo, imbricado em numerosas práticas, realiza-se através de sua constante fratura mercantil, da ininterrupta produção de novas mercadorias, produtos e firmas⁴.

A mescla informação/inação sustenta, através de numerosas teorias-práticas e campos profissionais, o polissêmico campo da gestão. Neste campo, têm sido controlados os riscos mais graves de queda das taxas de lucro das grandes corporações, sempre presentes nos investimentos em técnica, e os riscos de conflito social e político originados da socialização da informação, também estimulada pela técnica, em diversos âmbitos da experiência coletiva. Citando Milton Santos (1996: 119): “Um dos elementos distintivos de nossa época é o papel onipresente da organização em todos os processos vitais (...). O uso completo ou incompleto, absoluto ou relativo, eficaz ou ineficaz, rentável ou não, dos recursos e possibilidades e das formas em que devem encaixar as determinações depende, em grande parte, dos modos de organização”.

Assim, nesta época de agudização da desordem criativa, quando contraditoriamente amplia-se a consciência da face destrutiva do capitalismo, não desaparecem causalidades e determinações –como alguns gostariam de fazer crer– mas, a sua pesquisa torna-se mais complexa, dada a própria leveza, aparentemente desejada plena, do Ser sob exame (Calvino, 1990). Entretanto, em decorrência da parcialidade dos novos processos de modernização, anteriores estruturas e instituições continuam determinando (e sendo determinadas) pela organização industrial da produção e por seus limites, agora anti-modernos, nas metrópoles periféricas. Ao mesmo tempo, a emergência de um novo fazer dinamiza as estruturas da vida social, produzindo a aceleração –categoria também utilizada por Milton Santos (1993[a])– contemporânea do mundo e destruindo a estabilidade, inclusive sócio-política e jurídica, da ordem anterior.

O ansiado deslocamento de segmentos do fazer, da ação, de suas condições sociais de origem é uma das explicações mais relevantes da relevância da organização, da gestão, no presente; sendo, também, uma das possíveis causas dos recuos hoje observados nas análises causais e deterministas. Uma outra explicação poderia ser procurada no movimento de presentificação da vida social, também identificado por Milton Santos (1993[a]), decorrente da extensão das redes técnicas e do controle dos recursos alcançado, pelos interesses hegemônicos, na escala-mundo. A subordinação da história ao presente, pelas características técnicas da atual fase do capitalismo, cria obstáculos à análise causal, articulada à apreensão de processos e, portanto, à valorização do tempo⁵.

Entretanto, não existe pensamento crítico sem reconhecimento de causas e sem análise de processos, o que impõe mudanças na articulação entre níveis de realidade que foram historicamente depositários de investimentos em pesquisa e conhecimento. A análise transdisciplinar é uma imposição do mundo contemporâneo (Santos e Souza, 1986). Nesta direção, a força do argumento econômico –associado, por Edgar Morin (1996), à racionalização e à manipulação da vida social– não consegue mais ocultar a sua dependência de outros saberes, no momento em que a articulação entre esferas vitais, e entre condições materiais e imateriais herdadas, viabiliza a acumulação extraordinária. A difusão das novas redes técnicas de informação e comunicação e a privatização de infra-estruturas urbanas, até recentemente lidas como pouco rentáveis e de responsabilidade do Estado (Lojkine, 1981), são processos reveladores de partições e fragmentações produzidas pela nova gestão.

Impulsos globais e dimensões da análise estrutural

Denominamos de impulsos globais os vetores que condensam informação e inovação, em seus elos com a nova gestão. Significam a emergência de uma forma de agir de natureza sistêmica e corporativa, que se apropria de condições herdadas e de níveis de controle da mudança permitidos pelo meio técnico-científico-informacional (Santos, 1994). Ao associarmos os impulsos globais à idéia de vetor, trazemos os processos atuais para o âmbito da difusão técnica expressiva da modernização das sociedades (e das metrópoles) periféricas.

Sem dúvida, os impulsos globais reproduzem movimentos de subordinação sócio-econômica na escala-mundo que não são distintos de processos historicamente já experimentadas (Latouche, 1996; Ianni, 1996). Nas palavras de Milton Santos: “Os países subdesenvolvidos se distinguem dos países industriais pelo fato de o impacto das modernizações ser aí muito freqüentemente pontual; elas tendem a se manifestar em pontos bem determinados do espaço e a encontrar uma inércia considerável à sua difusão” (1978: 106).

Entretanto, a idéia de vetor, em seus usos correntes, é portadora de conotações apenas parcialmente adequadas às características da nova modernização. Algumas das dimensões da idéia de vetor –tais como força, velocidade e campo de força– são iluminadoras da natureza do impulso global. Entretanto, os seus usos tradicionais em teorias da modernização trazem conotações de estabilidade e extensão –especialmente na sociologia do desenvolvimento– distantes da instabilidade e da incerteza do novo. Neste sentido, poderíamos dizer que os conceitos das ciências sociais são, por vezes, portadores de profunda ambigüidade, já que exprimem tensas aproximações entre dinâmica social e as ciências físicas e da vida. Aliás, talvez possa ser reconhecida na biologia a origem da associação da idéia de vetor à difusão impessoal e quase natural de características técnicas e comportamentais, tão presente em leituras da modernização nos países periféricos.

Sem dúvida, o diálogo transdisciplinar torna-se especialmente desafiador quando voltado à reflexão de conceitos. O impulso global, aqui proposto para realçar a instabilidade e a parcialidade da globalização, traz a exigência de um tenso convívio com disciplinas não sociais. Nos movimentos de estruturação do presente, acontecem novas reificações que alteram a materialidade e os conteúdos técnicos da vida social. Assim, a noção de impulso global também conduz à reflexão de dificuldades das análises estruturais, especialmente quando dirigidas ao estudo dos países periféricos, onde as alterações na superfície da vida social são cada vez mais velozes. Aliás, é interessante reconhecer, com Henri Léfèbvre (1969), que a afirmação das análises estruturalistas, que não esgotam as possibilidades da análise estrutural, aconteceu exatamente quando os avanços técnicos tornaram inverídica a noção de continuidade –civilização, evolução e progresso– construída pela modernidade. Portanto, talvez hoje apareça com mais clareza entre nós o que já era fato há muito tempo pelos vínculos entre ciência, técnica e administração, nos países centrais.

O desvendamento de estruturas permitiu ao longo do século XX, em vez da estabilidade e da harmonia, o aumento da especialização e a afirmação de tendências, hoje mais fortes, à partição e à fragmentação. Nas palavras de Léfèbvre: “1905. Uma mutação. As invenções técnicas multiplicam-se (...) Nesta intensificação de progresso técnico, os armamentos, a ameaça da guerra, depois a guerra (consumação colossal, estímulo da produção e da pesquisa tecnológica), em suma, o desafio recíproco das nações rivais, representam um papel determinante. Todos aqueles que queriam estabilizar o conhecimento e os dados da ação, a vida social e a vida política, são mais cedo ou mais tarde empurrados (...). Com o novo período, o *descontínuo* invade, lenta mas poderosamente, o conhecimento, as atividades, a própria consciência. O período precedente tinha explicado, levando-o em todos os domínios às últimas conseqüências, generalizando sem escrúpulo o conceito de *continuidade*” (1969: 209). O descontínuo, a fragmentação e o micro cosmos implicam, simultaneamente, o aprofundamento do olhar construído pela modernidade e a desestabilização da vida social, permitida pelo agenciamento de recursos e comportamentos.

Com as sucessivas e rápidas fraturas em acervos de crenças, as estruturas passam a ser lidas, de forma contraditória, em direção à decomposição do Ser, às suas unidades divisíveis. O novo olhar, apoiado pelo avanço técnico-científico, desestrutura escalas e campos de determinação da realidade, ao mesmo tempo em que cria possibilidades de estruturação inovadora da matéria e da sociabilidade. Também nesta direção, observa-se que os modelos, apoiados pela informática, transformam-se em mímeses provisórias de estruturas, permitindo a transposição de conhecimento entre fronteiras disciplinares. Nas ciências sociais, novas tendências analíticas, em acentuação ao longo do século, emergem não apenas através da apropriação conceitual entre campos de conhecimento mas, também, através de um crescente tensionamento analítico da clássica relação indivíduo –sociedade, relida através da relação ação/estrutura, onde a ação adquire

relevância crescente. O descolamento da ação corresponde à atual tendência ao ativismo, em sua implicação para a gestão de recursos.

As primeiras sinalizações dessa profunda mutação epistemológica e prática podem ser reconhecidas na obra de Talcott Parsons (1951). Nesta obra, entretanto, a ação permanece sistematizada em direção a estruturas pré-estabelecidas, pré-concebidas e, até certo ponto, formais. O sentido de estabilidade que orienta a obra deste autor é evidente (ver, neste sentido, Mills, 1969). Uma outra ampla frente de sinalizações da mudança é reconhecível na literatura que procurou acompanhar e analisar a eclosão dos movimentos sociais nos anos 60. Nesta frente, é possível reconhecer a renovação da problemática do sujeito e dos sentidos da ação, sendo buscada uma nova apreensão dos vínculos entre objetividade e subjetividade, entre vida urbana e ação social. Estas tendências analíticas produzem alterações em concepções de estrutura, exigindo a abertura de âmbitos reflexivos para a ação social, reconhecida ou como expressão de amplas referências institucionais ou como produtora de uma nova institucionalidade. Nestas alterações, são abrigados diferentes ideários políticos –desde aqueles que valorizam o sujeito social até os que enfatizam as instituições sociais.

Vejam, neste sentido e como exemplo, a idéia de estrutura proposta por Anthony Giddens (1989: 13, 14): “Assim, a estrutura refere-se, em análise social, às propriedades de estruturação que permitem a ‘delimitação’ de tempo-espaço em sistemas sociais, às propriedades que possibilitam a existência de práticas sociais discernivelmente semelhantes por dimensões variáveis de tempo e de espaço, e lhes emprestam uma forma ‘sistêmica’. Dizer que estrutura é uma ‘ordem virtual’ de relações transformadoras significa que os sistemas sociais, como práticas sociais reproduzidas, não têm ‘estruturas’, mas antes exibem ‘propriedades estruturais’, e que a estrutura só existe, como presença espaço-temporal, em suas exemplificações em tais práticas e como traços mnêmicos orientando a conduta de agentes humanos dotados de capacidade cognoscitiva”.

Seria impossível não reconhecer, nesta definição, sinais de desestruturação que são simultâneos a percepções sistêmicas orientadoras da cultura e portanto, em algum nível, da reprodução social. Neste sentido, Henri Léfèbvre (1969) também propôs a análise renovada da totalidade através da aceitação da sua transitoriedade, permitida pela apreensão das coordenadas que estabelecem as práticas possíveis a cada momento. Assim, as práticas sociais adquirem centralidade onde antes imperavam certezas e, sobretudo, instituições. Trata-se de alterações na natureza do Ser que não podem deixar de produzir (e de espelhar) alterações nas formas de (re)conhecimento das estruturas, inclusive a urbana.

Impulso global e reflexão transdisciplinar

Os desafios contemporâneos enfrentados pelo pensamento crítico decorrem, portanto, da co-presença de estruturas de diferentes temporalidades e da força de

processos que atualizam e rompem formas de organização e de interpretação da experiência coletiva. Estes desafios, expressivos da acumulação na escala-mundo e da nova substância das relações sociais, podem ser reconhecidos na emergência de modos de gerir, que desarticulam âmbitos organizados da vida social, também responsáveis pela estabilização de disciplinas e visões de mundo.

Neste item, procura-se realizar um ligeiro exame de alguns significados do termo impulso, sugestivos de processos associáveis à nova gestão. Além da proposta de categorias, acredita-se que a identificação de processos constitua o caminho mais seguro da análise, permitindo a intervenção social em períodos críticos de estruturação da realidade social, isto é, quando os sentidos da mudança e as oportunidades contidas no presente ainda se encontram em disputa. A crescente agilidade das ações contemporâneas (empreendidas e empreendedoras) faz com que os períodos críticos da disputa de oportunidades sejam cada vez mais curtos, o que dificulta a sua inteligibilidade e, portanto, a sua apropriação socialmente ampla e justa.

A compreensão desses momentos depende do conhecimento dos níveis de realidade articulados pelo impulso global e da apreensão das práticas que favorecem a sua transformação em vetor da mudança numa determinada concreção espaço-temporal. Neste sentido, a atual vigilância sobre as oportunidades tem trazido a imagem do jogo e do risco para o âmago do tecido social, em seus elos com a exploração dos nichos de mercado através de iniciativas de teor altamente operacional. Assim, identificamos curiosas sintonias etimológicas entre os verbos impulsionar e impelir = empurrar, arremessar, dirigir com força para algum lugar, onde a figura do impulsor aparece como possibilidade analítico-descritiva (Cunha, 1997).

Curiosamente, a figura do impulsor também surge noutras obras de referência associada a instigador ou conselheiro e às idéias de movimento e incitação. Esta figura, instituição ou ator, alimenta-se de informação, portando a capacidade de inovar e de agenciar a imposição da mudança, mesmo que a direção imposta à ação desconheça alguns elementos culturais e históricos de que depende. Este descolamento entre sintonia do novo e condicionantes sociais e culturais da ação social seria responsável, ao nosso ver, pelo isolamento relativo da gestão, transformada, gradualmente, num âmbito de especialistas atuantes em mediações entre cotidiano urbano e Estado (técnicos da administração pública, agências multilaterais, empresas com vocação para a atuação social e cultural, redes sociais).

O predomínio da gestão traz a disputa de oportunidades para o universo imediato da ação, além de ser indicativo do deslocamento para algum lugar das relações sociais e técnicas. Algum lugar que implica na construção de contextos –partição e articulação lucrativas de condições herdadas– e arenas, construídos por novos processos de organização social e de expressão de interesses⁶, o que corresponde à desestabilização de instituições e de movimentos sociais com larga

presença na vida urbana (Ribeiro e Grazia, 2000). Por outro lado, conotações interessantes do termo impulso podem ser sugestivas do diálogo, que se faz necessário, entre disciplinas cujas fronteiras estão sendo rompidas no presente. Assim, em fisiologia, impulso indica o sinal que viaja através do comprimento de uma fibra nervosa e que constitui o meio através do qual a informação é transmitida através do sistema nervoso (Oxford, 1996). Esta idéia de impulso traz para o estudo da atual modernização a possibilidade de considerar os mecanismos contemporâneos de informação, estudados por Norbert Wiener (1978), e de transmissão de ordens e comandos, propostos por Milton Santos (1990) para a análise da subordinação de lugares permitida pelas redes técnicas.

Outras conotações estimulantes emergem da física, onde a grandeza ação exprime a multiplicação da energia pela duração: “Quando se desloca com uma energia dada de um lugar para outro, um corpo qualquer –que vamos chamar de ponto material, ou simplesmente ponto, já que a sua forma é indiferente para nós– escolherá sempre, entre todos os caminhos possíveis, o mais rápido (o que não significa necessariamente o mais curto)” (Hurwic, 1994: 5). Este conceito ilumina sentidos do conceito de impulso global quando associado ao conceito de campo: “A presença de uma *carga elétrica* num ambiente, por exemplo, envolve uma modificação das propriedades do espaço, sendo uma partícula carregada a fonte de um *campo eletromagnético*”.

Esse campo se propaga ao agir sobre todas as partículas carregadas presentes. Da mesma forma, uma partícula material qualquer “cria, por intermédio de sua massa, um campo gravitacional, causa de toda mudança no movimento de todos os outros objetos presentes no campo” (Hurwic, 1994: 16). Desnecessário seria acrescentar que concepções contemporâneas para a ação no urbano comungam, estranha e sintomaticamente, com elementos deste universo conceitual. Transformar-se para estar presente na captura de investimentos tem se tornado, pelo menos aparentemente, mais relevante do que dispor de regras para a interação social (ver, neste sentido, o *Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro*, 1996). Leituras deste tipo correspondem a dimensões do novo fazer hegemônico, favorecido pela extensão seletiva do meio técnico-científico-informacional. O agir mais próximo do sucesso não significa a melhor ação, da mesma maneira que a ação mais rápida não é aquela que mais integra –aliás, o contrário provavelmente é verdadeiro.

De fato, estão em curso intensas revisões dos vínculos entre ciência, filosofia e vida coletiva. É nesta direção que podem ser compreendidos os investimentos realizados por David Harvey em torno das categorias corpo, corporificação e lugar: “Eu poderia sugerir, por exemplo, que enquanto o colapso de certos tipos de barreiras espaciais mina definições territoriais e espaciais até então seguras (...), o próprio fato deste colapso (a real ou ameaçadora ‘compressão tempo-espaço’ ou a construção do ciberespaço) inscreve uma nova ênfase na interrogação dos significados metafóricos e psicológicos de lugar que, por sua

vez, introduzem práticas materiais que originam novas definições materiais” (1998: 209). Desta maneira, metáforas passaram a deter a capacidade de convencer e de alimentar a ação, criando a estabilidade transitória, as coordenadas, no dizer de Léfèbvre, que apóiam o estar no mundo, os movimentos de estruturação da vida social e a disputa aqui e agora do futuro, mesmo que as condições materiais apontem noutras direções.

A referência a alterações comportamentais coaduna-se com sentidos de impulso em psicologia: “impulso –tendência à ação irrefletida e mal controlada pela vontade. Corresponde, via de regra, a um impulso profundo (fome, desejo sexual, agressividade) e traduz-se por atos incoercíveis freqüentemente perigosos (roubo, violências)” (Larousse, s/d). Esta definição, indicando a falta de controle da ação pela vontade, permitiria, sem dúvida, uma ampla recuperação, impossível nos limites deste texto, da reflexão da vontade no cerne da política: ação, organização e projeto (Gramsci, 1968). Sem dúvida, a noção de impulso traz à reflexão os movimentos de atualização da vida urbana que rompem patamares de racionalidade anteriormente alcançados, o que não significa que estes movimentos estejam livres de racionalização, como nos diria Edgar Morin (op cit), e do seu aprisionamento pelo pensamento único.

Noutra leitura de impulso, no âmbito das ciências sociais, emerge a proposta deste conceito em substituição a instinto por R.S.Woodworth, em 1918. Esta proposta teria encontrado apoio na mecânica através de sua proximidade com a concepção de mecanismo: “A diferença entre impulso e mecanismo não era absoluta. O que isso significava realmente é que atividades aprendidas poderiam tornar-se impulsos se provocassem interesse” (FGV-MEC, 1986: 579). Assim, a noção de impulso permite a pesquisa de processos que articulam mudança na materialidade, ação e aprendizagem; processos que iluminam elos entre tecnoesfera e psicoesfera propostos por Milton Santos (1994) e práticas atuais de modernização, calçadas em inovação e gestão, refletidas a seguir através da temática do trabalho.

Impulsos globais e ação

Nas leituras contemporâneas da cidade, as condições herdadas adquirem a face de obstáculos ou alavancas da ação, que permitirá ou não a sua continuidade no presente. Sem dúvida, a tensão entre estruturas, condições herdadas, experiência e ação emerge em numerosos autores contemporâneos, atingindo orientações analíticas e crenças sociais. Seria impossível não reconhecer, nesta mutação, rebatimentos das mudanças em curso, nas condições técnicas da vida e nos vínculos entre relações técnicas e sociais de produção⁷.

Para nós, o impulso global pode (e deve) ser apreendido através do descolamento da ação das condições herdadas, já que a ação hegemônica em grande parte se apóia em apropriações *ad hoc* dos recursos disponíveis, o que

excede as verdades pré-configuradas –faz-se, fazendo; conquista-se, agindo (Ribeiro e da Silva, 1997).

Entretanto, mais uma vez, a parcialidade deste agir, que se alimenta da velocidade permitida pelas redes técnicas e pelo capital financeiro, não esgota o real⁸. Este ainda contém, principalmente nas grandes cidades dos países periféricos, os sucessivos depósitos de tempo, de práticas e de normas que foram construídos por acomodações ao passado fipresente e, ainda, por desenraizamentos sofridos por amplos contingentes populacionais, como demonstra a intensidade da urbanização latino-americana.

Existem, portanto, determinações de diferentes ritmos e espaços sociais, o que não significa necessariamente fragmentação. A fragmentação é apenas um dos movimentos, um dos processos em desdobramento no presente. Como afirma Jean-Louis Guigou: “(...) o espaço e a terra não são neutros, constantemente remodelados ou concedidos segundo o jogo das forças econômicas (ótica neoclássica) ou simples reflexos das relações sociais que reproduzem (ótica neomarxista). As relações entre os homens, a terra e o espaço são muito mais complexas e originais (...)” (1986: 110). Ao fazer hegemônico resistem os múltiplos fazeres de todos, orientados por articulações surdas que constroem o cotidiano. A vida urbana resulta, também, destes fazeres, de tão difícil acesso à pesquisa. Neles tocamos, por exemplo, através da ora revalorizada temática do mercado informal de trabalho.

Entretanto, na atualidade, a intensa oferta de condições herdadas à ação hegemônica modifica –e em parte desconstrói– estratégias de sobrevivência, ou melhor, táticas, no dizer de Michel de Certeau (1994). A ação hegemônica usufrui de condições de produção da mudança reunidas na escala-mundo, através da instabilidade estimulada pela hegemonia do capital financeiro. Esta direção de mudança impõe a valorização, no pensamento social contemporâneo, da idéia de evento, juntamente com a ação. Milton Santos (1996: 118) apresenta a noção de evento de forma que estimula a reflexão dos vínculos entre informação, inovação e gestão propostos neste texto: “O evento é sempre presente, mas o presente não é obrigatoriamente o instantâneo. Daí decorre a idéia de duração, isto é, do lapso de tempo que um dado evento, guardando suas características constitucionais, tem presença eficaz (...) Podemos admitir que ao lado de uma duração natural, o evento também pode ter uma duração organizacional (...) podemos, também, prolongá-lo, fazendo-o durar além do seu ímpeto próprio, mediante um princípio de ordem”.

O prolongamento da duração do evento, referido pelo autor, permite instaurar o diálogo entre a teorização contemporânea do espaço e a literatura preocupada com a natureza do poder: O que é o poder hoje? Como o poder reflete a capacidade de desestruturar –reestruturando contextos urbanos? A nova ordem ou força de estruturação, manifesta em impulsos globais, consolida-se através de condições –alianças políticas e associações entre capitais– que garantem a sua

duração e, assim, os efeitos institucionais de sua ocorrência. Neste sentido, o exemplo da privatização de empresas públicas prestadores de serviços urbanos demonstra a conquista de efeitos de longa duração, a partir dos interesses que se articularam na produção de um impulso global. Neste caso, o evento torna-se, gradualmente, fato ou fatalidade, absorvido em leis, normas e referências institucionais para a conduta.

Causa e previsão, retornam portanto, ao centro da análise: o evento que desestrutura deve ser lido em sua capacidade de transformar-se em causa de novas mudanças, tendo amplificados os seus impactos, por sua possibilidade de se tornar *fato*, ou seja, condição –e, até mesmo, causa– de novos *eventos*. Acreditamos que a ação hegemônica que se realiza no impulso global tenha esta capacidade de conquistar a duração, a irreversibilidade dos desígnos de que é portadora e, também, o fechamento de caminhos de retorno à situação vivida antes da sua manifestação. Neste sentido, a face destrutiva –criadora do capitalismo possui conteúdos normativos e codificadores da ação valorizada, que alteram marcos legais e o imaginário social.

Diversas maneiras de lidar, como a noção de fato (estrutura, condição herdada, experiência) e evento (acaso, incerteza, novo/novíssimo), correspondem a investimentos analíticos que buscam trazer, para o estudo do presente, diferentes tradições do pensamento crítico. Vejamos alguns exemplos: para Jon Elster (1994: 17) “(...) explicar eventos é logicamente anterior a explicar fatos. Um fato é um instantâneo temporal de uma torrente de eventos, ou uma pilha de tais instantâneos. Nas ciências sociais, os eventos elementares são ações humanas individuais, incluindo atos mentais tais como formação de crenças”.

Entretanto, o adensamento dos eventos –e a sua “formatação” em orientações para a gestão de cidades, onde ações são reunidas em reais vetores da transformação societária– traz dificuldades ampliadas à análise da vida urbana, já que eventos encontram-se tecidos a fatos, ou seja, a novos condicionantes da ação. Aliás, esta é uma das características mais relevantes da nova gestão: a capacidade de transformar eventos em fatos, através do uso intenso de imagens que alteram representações da vida coletiva e a percepção de oportunidades.

De outra perspectiva analítica, Luiz Werneck Vianna inscreve o esgotamento da idéia de revolução no cerne da redução política do ator e dos sentidos da ação pelos rumos tomados pela modernização econômica e social: “Esse é um quadro que sugere a desqualificação da presença do *ator* no mundo, tido como um domínio do prático-inerte sartreano, reconhecendo-se somente o protagonismo dos ‘fatos’. A revolução passiva, antes um processo referido a formações nacionais com precisa contextualização histórica, ter-se-ia convertido no único processo a ter vigência universal, comprometendo, por meio de automatismos inscritos no coração das instituições de reprodução social, a mudança com a conservação” (1995: 182). A expansão automática e técnico-normativa do impulso global emerge, com base neste último olhar, em seu poder de

materializar a ação hegemônica⁹, desejada sistêmica, e não mais “estrutural”, na gestão da vida urbana.

É essa possibilidade de expansão de efeitos, de transformação de eventos em fatos fi fatalidade, que é ampliada, de forma extraordinária, pela incorporação do imaterial, da cultura, à renovação das condições urbanas de acumulação. Trata-se da produção artificial do espírito dos lugares e da absorção mercantil (objetivada) de práticas sociais e culturais até recentemente espontâneas. Nas belas palavras de Simmel (in Souza e Oëlze, 1998: 65-66): “(...) o conteúdo da cultura se torna cada vez mais, e com consciência crescente, um espírito objetivo, perante não somente aqueles que o recebem, mas também perante aqueles que o produzem. No ritmo em que a objetivação progride, torna-se cada vez mais compreensível o fenômeno maravilhoso do qual nós partimos: a elevação cultural dos indivíduos pode manifestamente ficar abaixo da elevação cultural das coisas –em termos concretos, funcionais e espirituais”.

Nas condições do presente, o trabalho transdisciplinar que atravessa as fronteiras das ciências sociais e interroga o espaço não traz mais, como em momentos históricos anteriores, grandes riscos de produção de erros analíticos de teor mecanicista e biologizante. Ao contrário, dada a extensão da revolução passiva, como assinala Luiz Werneck Vianna, este trabalho corresponde às necessidades de compreensão das novas condições da modelagem da vida urbana, em que as características maquínicas e organo-sistêmicas (neurológicas) da nova fase do capitalismo se manifestam com força realmente espetacular, criando as relações escalares da globalização da economia. Assim, o espaço urbano prenhe de investimentos culturais, estrategicamente estudados e estimulados, pode tornar-se estranhamente pobre de sentido no que concerne à orientação da ação efetivamente transformadora. Desta maneira, a ação individual corre o risco de ser falsamente magnificada e acionada para ampliar a competitividade e, não, a verdadeira emersão em problemáticas coletivas.

A velocidade da mudança e o controle corporativo da escala-mundo sinalizam a importância dos movimentos de verticalização (local <=> global) e de horizontalização (local <=> lugar) que Milton Santos (1996) nos propõe apreender e analisar. Trata-se, aqui, da necessidade de compreender como os movimentos de verticalização segregam e excluem e como estes movimentos devem ser retidos, negados ou apropriados em direção à transformação política consistente dos lugares, isto é, em direção à sua horizontalização socialmente necessária. Hoje, a análise do evento, em sua dupla dimensão (vertical e horizontal), é cada vez mais relevante no estudo de impactos da globalização em sociedades periféricas, inclusive com relação às mudanças, em desdobramento, na cultura e em sentidos da ação¹⁰.

Os impulsos globais instauram um espectro de conseqüências duradouras, estruturantes e transformadoras de segmentos dos espaços urbanos, que alteram as condições objetivas e subjetivas da nova ação¹¹. Os impulsos globais são

precedidos pela difusão de crenças e seguidos de investimentos que multiplicam seus efeitos; são controlados por agentes econômicos e atores políticos articuladores de mecanismos –para voltarmos a Jon Elster (1994)– e da veloz frente de eventos da atual modernização.

A noção de impulso global permite retomar, face às características do presente, a problemática, agora fraturada, da formação sócio-espacial: “Esta categoria (formação) diz respeito à evolução diferencial das sociedades, no seu quadro próprio e em relação às forças externas de onde mais freqüentemente lhes provém o impulso” (Santos apud Silva, 1986). Entretanto, para estas forças nem todas as condições herdadas da modernidade recente são passíveis de apropriação. Há que segmentá-las e torná-las administráveis. Para o agir hegemônico –mais preciso, exato e minucioso– a exploração de oportunidades implica na sua simultânea construção, através da quebra de complementaridades materiais e sociais indesejáveis, do alívio estudado de sobrecargas históricas, da redução de exigências, inclusive jurídicas¹² e, sobretudo, da ampliação do saber gestor.

A noção hoje paradigmática de rede –proposta em substituição à máquina e ao organismo em visões de mundo que orientam as ciências sociais– satisfaz a necessidade de descrição de fenômenos novos; porém, oculta, por outro lado, a natureza desejada sistêmica e irreversível da ação hegemônica e, ainda, o seu caráter estimulador de lobbies e de tipos, considerados “modernos”, de organização dos interesses (Graziano, 1994) que podem romper anteriores solidariedades: territoriais, étnicas e de classe. Desta maneira, existem hoje formas de controle da compreensão do Todo e do novo que dificultam a leitura das contradições alimentadas pela atual dinâmica do capitalismo. O trabalho, em suas mutações, constitui um veio esclarecedor dessas contradições e, também, da interferência, realizada pela nova gestão, em representações da vida coletiva.

O trabalho surge na atualidade como alvo de numerosos investimentos, dirigidos à simbiose entre “trabalho + ação = atividade”. A amplitude alcançada por esta direção de mudança, constitui um dos mais significativos impulsos globais, já que expressa a renovação das relações técnicas e sociais de produção e a existência de formas, em rápida difusão, de modelagem cultural e administrativa de eventos. Aliás, a rápida passagem da ação à atividade, como exemplifica a substituição de educação por formas de treinamento, também corresponde à capacidade de transformar eventos em fatos \propto fatalidade. Trata-se da multiplicação de oportunidades de condensação operacional de interfaces, entre recursos materiais e imateriais. A natureza dessas oportunidades pode ser apreendida em operações que reúnem sujeitos de esferas distintas da vida urbana em práticas de articulação de elementos da cultura (valores, memórias), informação e gestão.

A substituição da ação por atividade –que, noutra registro, corresponde à substituição de emprego pelo estímulo a formas de geração de renda e ao empresariamento– pode ser indicada pela multiplicação de cursos de atualização

e de qualificação profissional oferecidos pela rede universitária privada, acompanhados de grandes investimentos em marketing. A operação seletiva em nichos de mercado constitui uma poderosa cunha no tecido urbano historicamente constituído. Esta cunha articula verticalidade –horizontalidade e economia–sociedade; assumindo um caráter fortemente racionalizador das relações sociais.

A multiplicação de eventos difusores do ativismo tem permitido o envolvimento, em vetores da modernização social, de segmentos sociais marginalizados por práticas históricas enraizadas, como demonstram tantas iniciativas bem sucedidas voltadas para as vítimas de estereótipos e preconceitos. Entretanto, ao lado de inovações sociais positivas, afirma-se a o fazer operacional e pontual; demonstrando o lastreamento de operações mercantis que promovem determinados agentes econômicos e atores políticos e que também garantem o gozo de condições excepcionais de lucro. Trata-se de uma conjugação de processos que introduz a fragmentação em âmbitos institucionais, ao mesmo tempo em que são resgatados, para o espaço público, segmentos sociais historicamente marginalizados e segregados.

Estes movimentos de atualização da vida urbana precisam ser reconhecidos em sua face múltipla e heterogênea. Sem dúvida, os ângulos positivos de processos novos não devem ser negados em nome da memória de referências institucionais em dissolução. Afinal, a América Latina apresenta, hoje, um quadro extremamente rico de atores políticos novos, com elevada visibilidade. Por outro lado, há que denunciar, com vigor, o uso estratégico de referências históricas negativas para reduzir a responsabilidade do Estado com investimentos sociais generalizados e de longo curso. Afinal, a conquista da democracia, além de respeito à diversidade, exige a garantia da igualdade e, ainda, o respeito ao fazer tradicional, isto é, a preservação do aprendizado da sobrevivência: táticas, negociações, investimentos lentos no habitat, formas de ajuda mútua, redes de solidariedade –construído nas lacunas deixadas pelas sucessivas modernizações das cidades latino-americanas.

Oportunidade, ação e trabalho

Existem nítidos obstáculos ao pensamento crítico referido ao mundo do trabalho. Estes obstáculos ficam evidentes quando são percebidos os limites atuais de paradigmas construídos pela desejada estabilização da sociedade industrial. Estes paradigmas orientaram políticas urbanas e lutas sociais. Observa-se uma espécie de delimitação temporal da reflexão crítica à última industrialização, o que dificulta o enfrentamento de dilemas dos países periféricos, onde a sucessão de tempos e as fraturas sociais são mais intensas (Santos, 1993[a]). Afinal, a marginalidade e a exclusão constituem experiências profundas da vida urbana na América Latina. Resistem, portanto, à sua apreensão por orientações analíticas que considerem, apenas, a crise do fordismo ou a crise do Estado do Bem Estar.

Elementos destas crises coexistem com um alto nível de complexidade cultural e societária e com mecanismos específicos de hierarquização social.

A concentração da análise da mudança num período recente –cujas principais características manifestaram-se plenamente apenas em países hegemônicos ou nas áreas concentradas dos países periféricos (Santos, 1993[b])– tem permitido a modelagem da problemática do trabalho de forma a desconsiderar antigas desigualdades sociais, tornando-a propícia aos impulsos globais, através de iniciativas que buscam qualificar o trabalhador e a juventude para os novos tempos. As áreas metropolitanas, onde estes esforços se concentram, constituem verdadeiras caixas de ressonância de diretrizes da nova modernização.

Aliás, são cada vez mais acirradas as disputas por recursos públicos na área do ensino. É desnecessário dizer que a qualificação considerada necessária já se encontra em grande parte administrada, impedindo a disputa criativa e informada de oportunidades aqui e agora e, também, leituras disruptivas do espaço construído. Mais uma vez, portanto, corre-se o risco de que a modernização destrua referências culturais tradicionais generosas e de que a concorrência pelas oportunidades mais significativas aconteça, apenas, entre segmentos sociais privilegiados.

As sucessivas reduções da ação humana ao emprego e do emprego à atividade têm sido indutoras de simplificação tanto da vida urbana quanto da problemática da qualificação profissional; sendo assim retida a eclosão de iniciativas que expressem o alargamento da apropriação social dos recursos acumulados nos contextos urbanos. A redução da mudança a parâmetros oferecidos por um passado próximo é responsável, por um lado, pela falsa radicalização da própria mudança recente –que, como indica a obra de Léfèbvre, é intensa ao longo do século XX– e pela difusão de uma espécie de destino pré-formatado que produz a aceitação de formas de conceber os desafios do presente, submetidas aos códigos da boa e nova gestão.

Permanecem ocultas complementaridades ou sobrevivências de práticas econômicas que organizam o trabalho nos países periféricos, que convivem, de forma precária, articuladas aos setores modernos (Kowarick, 1995; Santos, 1979). Da mesma maneira, permanece retida a reflexão de que a problemática da ação humana antecede e excede a sua ordenação na sociedade industrial. Também a administração do mundo do trabalho –a rápida modelagem operacional das questões sociais– colabora para o desconhecimento de aprendizados populares, a defesa estratégica de privilégios setoriais junto à opinião pública e a desconexão entre ação humana e atividade. Esta desconexão subordina sujeitos e movimentos sociais que poderiam alavancar propostas inovadoras de uso das condições herdadas, articulando trabalho, emprego e ação¹³.

Coexistem diversas estruturas que influem no presente originadas de longas sedimentações e de diferentes períodos históricos de modernização econômica e

social. Porém, a direção de mudança decorrente da ação hegemônica e a ausência de debate democrático dos seus sentidos estimulam a disputa apenas mercantil do novo, como crença e como fato. São âmbitos empíricos propícios à observação do teor da mudança: as relações Estado-Sociedade construídas a partir da privatização de empresas públicas e as formas de agir que emergem da desindustrialização de espaços metropolitanos. Estes âmbitos, ao expressarem a sistematicidade da ação hegemônica, favorecem a análise de impulsos globais e de suas desiguais conseqüências na rede urbana da América Latina.

Nas palavras de Lúcio Kowarick, ao considerar os momentos de expansão e recessão da economia como um dos fatores responsáveis pela pobreza e pela falta de cidadania nos marcos urbanos brasileiros: “(...) retrocessos ou avanços repercutem diferentemente sobre grupos, categorias ou classes sociais, em função da força de suas associações sindicais e políticas para apropriar-se de parte da riqueza produzida”(1995: 100). A crise de modelos articula-se, portanto, à agudização de conflitos de interesse e a novos modelos, desejados eficientes, para a ação.

A proliferação de iniciativas circunstanciais pode ser refletida a partir de Ítalo Calvino, quando este autor reconhece ameaças ao presente e ao futuro: “As leis que regem Mercúrio são as mais instáveis e oscilantes”(1990: 64) e quando recupera a reflexão de Raymond Queneau: “(...) essa inspiração que consiste em se obedecer cegamente a todo impulso é na verdade uma escravidão” (1990: 137).

A própria desestabilização de formas de integração objetivas e subjetivas pode ser compreendida como um projeto expressivo de impulsos globais. A intencionalidade transparece, por exemplo, na fratura de sistemas e redes que antecede, no Brasil, à privatização de empresas públicas, como exemplifica o denominado loteamento das teles, assim como, na difusão mitificadora da idéia de globalização, associada à promessa de acesso à modernidade técnica e, portanto, ao futuro. Existe a configuração prévia de atratores que criam a ambiência propícia aos impulsos globais¹⁴.

A articulação atratores + vetores = impulsos globais diz da associação de interesses e da seletividade sócio-espacial implicadas nestes impulsos e, também, da direção internacionalizante da mudança. Os atos de partir e de contextualizar implicam na marcação de fronteiras em ambiente anteriormente contínuo ou desejado homogêneo. É assim que as promessas igualitárias de anteriores modernizações são substituídas por competitividade pela inclusão nos fragmentos de modernidade, o que colabora para reduzir o esforço –superação de resistências sociais, realização de investimentos, transformações na cultura institucional–envolvido na mudança. Com a redução do esforço de mudança, agentes econômicos e atores políticos alcançam formas mais rápidas de sucesso e concretizam exemplos pontuais de novos estilos de vida que, magnificados pelo marketing urbano, buscam seduzir usuários, consumidores e, também, agentes econômicos, atores sociais e atores políticos.

Afinal, quando se deseja quebrar um arame é necessário, antes, marcar o ponto de quebra. Assim, a delimitação do contexto –ao romper redes sociais e ao reduzir o esforço de mudança– aproxima probabilidades, envolvidas em jogos estratégicos, de determinações ou causas, isto é, de processos estruturadores da vida urbana. Além disto, a idéia de atrator permite a corporificação de novos modernismos e, também, o estudo de processos que articulam atração (arranjos político-econômicos e jurídicos) e atratividade (embelezamento e ambiência programada)¹⁵. O estudo de atratores nos contextos urbano-metropolitanos pode apoiar o pensamento crítico na resistência à naturalização e à reificação da globalização.

Estes atratores podem ser reconhecidos na arquitetura e no urbanismo, nos novos objetos urbanos (monumentos) que substituem anteriores paisagens e concepções de beleza, e, também, nas formas sociais que organizam a ação instrumental frente à aceleração do ritmo da vida urbana. Afinal, formas sociais e formas espaciais destilam processos, ao mesmo tempo em que os reafirmam, permitindo a estabilização relativa de fluxos. Âncora e ancoragem são conceitos-produtos indicativos do enraizamento buscado por formas contemporâneas de organização de interesses, transformadoras de eventos em fatos. Trata-se da difusão de ambiências que reduzem a percepção da insegurança e da incerteza, correlatas à atual hegemonia do capital financeiro e à sua natureza eminentemente especulativa e, portanto, instável.

Contextualização e formatação de negócios e oportunidades, reunindo inovação e impondo critérios de qualidade, são características do fazer que orientam a sua veiculação imagética, acelerando a inovação. O controle estudado de incertezas favorece a aceitação social de um determinado novo e a sua reprodução através de rotinas, programas e de formas de controle da ação. O trabalho reduzido à atividade individual corresponde a óticas produtivistas que facilitam a manipulação de recursos e de condições herdadas. O ato individual, e não a ação, constitui o menor elemento social, sem contar as possíveis fraturas internas ao indivíduo, cuja flexibilidade é hoje ansiada e procurada pelo economicismo. A fratura e a fragmentação da matéria, permitida pela técnica, introduz a hipótese de correlatas fragmentações e fraturas na subjetividade e no imaginário.

A resistência ao caráter deletério da última modernização não pôde ser realizada, apenas, pela luta por condições igualitárias de vida. Esta modernização não promete igualdade e nem integração social e, sim, competitividade e busca ininterrupta por eficácia. Como enfrentar os seus termos? Acreditamos que um dos caminhos deva ser procurado na resistência ao economicismo que hoje orienta intervenções urbanas. Um outro caminho poderia ser encontrado na análise crítica dos impulsos globais, buscando-se a denúncia dos seus sentidos e a apropriação socialmente justa de suas conseqüências, e, outro ainda, na construção de ideários radicalmente democráticos que conduzam à apropriação social dos espaços urbanos, o que implicará em diálogos abertos e tentativos com os sujeitos sociais de antigas e da atual modernização.

Bibliografia

- Becker, H. S. e I. L. Horowitz 1977 “Política radical e pesquisa sociológica: observações sobre metodologia e ideologia”, in Becker, Howard *Uma teoria da ação coletiva* (Rio de Janeiro: Zahar Editores).
- Benjamin, W. 1985 *Walter Benjamin* (São Paulo: Ática).
- Berman, M. 1986 *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade* (São Paulo: Companhia das Letras).
- Bienenstein, G. 1993 *Acumulação de capital e espaço urbano: o exemplo do shopping center* (Rio de Janeiro) Tese de mestrado apresentada ao programa de pós-graduação em Geografia/UFRJ.
- Calvino, I. 1990 *Seis propostas para o próximo milênio: lições americanas* (São Paulo: Companhia das Letras).
- Castillo, R. 1999 *Sistemas orbitais e uso do território: integração eletrônica e conhecimento digital do território brasileiro* (São Paulo: Departamento de Geografia da Universidade de São Paulo) Tese de Doutorado.
- Certeau, M. de 1994 *A invenção do cotidiano (1. artes de fazer)* (Petrópolis: Vozes).
- Cunha, Antônio Geraldo da 1997 *Dicionário Etimológico Nova Fronteira da Língua Portuguesa* (Rio de Janeiro: Nova Fronteira).
- Dantas, A. C. 1998 *Planejamento urbano nos anos 90: negociação entre a esfera pública e a esfera privada* (Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional/UFRJ) Tese de mestrado.
- FGV/MEC 1986 *Dicionário de Ciências Sociais* (Rio de Janeiro: FGV/MEC).
- Elster, Jon 1994 *Peças e engrenagens das ciências sociais* (Rio de Janeiro: Relume-Dumará).
- Faria, E. 1955 *Dicionário Escolar Latim-Português* (Rio de Janeiro: MEC).
- Garcia, F. E. S. 1997 *Cidade espetáculo: política, planejamento e city marketing* (Curitiba: Palavra).
- Giddens, A. 1989 *A constituição da sociedade* (São Paulo: Martins Fontes).
- Godelier, M. 1981 *La théorie de la transition chez Marx* (Paris) Mimeo.
- Gramsci, A. 1968 *Maquiavel, a política e o Estado moderno* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- Graziano, G. 1994 “Lobbying, troca e definição de interesses-reflexões sobre o caso americano”, in *Dados* (Rio de Janeiro) Vol. 37, N° 2.
- Guigou, J. L. 1986 “A terra e o espaço: enigmas para os economistas”, in Santos, Milton e Maria Adélia de Souza (orgs.) *O espaço interdisciplinar* (São Paulo: Nobel).
- Harvey, D. 1998 *Justice, nature and the geography of difference* (Nova York: Blackwell Publishers).

- Hurwic, A. 1994 *A física* (São Paulo: Edições Loyola).
- Ianni, O. 1996 *Teorias da globalização* (Rio de Janeiro: Civilização Brasileira).
- Kowarick, L. 1975 *Capitalismo e marginalidade na América Latina* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Kowarick, L. 1995 “Cidade e cidadania: cidadão e subcidadão público”, in *Brasil em artigos* (São Paulo: Fundação SEADE).
- Larousse s/d *Dicionário de Psicologia* (Brasil: Larousse).
- Latouche, S. 1996 *A ocidentalização do mundo: ensaio sobre a significação, o alcance e os limites da uniformização planetária* (Petrópolis: Vozes).
- Léfèbvre, H. 1969 *Introdução à modernidade* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Léfèbvre, H. 1984 *La vida cotidiana en el mundo moderno* (Madrid: Alianza).
- Lojkine, J. 1981 *O Estado capitalista e a questão urbana* (São Paulo: Martins Fontes).
- Maffesoli, M. 1997 *A transfiguração do político: a tribalização do mundo* (Porto Alegre: Sulina).
- McGrath, Peter 1999 “Os riscos de um mundo sem privacidade”, in *O Estado de São Paulo* (São Paulo) 4 de Abril.
- Mills, C. W. 1969 *A imaginação sociológica* (Rio de Janeiro: Zahar Editores).
- Morin, E. 1996 *Ciência com consciência* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil).
- Oxford 1996 *Concise Science Dictionary* (Nova York: Oxford University Press).
- Parsons, T. 1951 *The social system* (Glencoe, Illinois: The Free Press).
- Pintaudi, S. M. e H. Frúgoli Jr. 1992 *Shopping centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras* (São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista) Col. Prismas.
- Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro* 1996 (Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro).
- Ribeiro, A. C. T. e C. A. da Silva 1997 “Impulsos globais nas metrópoles da periferia capitalista”, in *VIº Encontro de Geógrafos da América Latina* (Buenos Aires).
- Ribeiro, A. C. T. 1998[a] “Mutações no tecido urbano: ângulos da ação social”, in *Sociedade e Estado (Urbano–Novos olhares sociológicos)* (Rio de Janeiro) Número temático organizado por Brasilmar Nunes, Vol. XIII, Nº 1, Jan.-Jul.
- Ribeiro, A. C. T. 1998[b] “Relações Sociedade-Estado: elementos do paradigma administrativo”, in *Cadernos IPPUR* (Rio de Janeiro) Ano XII, Nº 2.
- Ribeiro, A. C. T. e G. de Grazia 2000 *Intervenções urbanas, democracia e oportunidade: dois estudos de caso* (Rio de Janeiro: FASE).

- Santos, B. S. 1989 *Introdução a uma ciência pós-moderna* (Rio de Janeiro: Graal).
- Santos, B. S. 1998 *Um discurso sobre as ciências* (Porto: Edições Afrontamento).
- Santos, M. 1978 *O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo* (São Paulo: HUCITEC).
- Santos, M. 1979 *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos* (Rio de Janeiro: Francisco Alves).
- Santos, M. 1990 “A metrópole: modernização, involução e segmentação”, in Valladares, Licia e Edmond Prétéceille (orgs.) *Reestruturação urbana: tendências e desafios* (São Paulo: Rio de Janeiro, Nobel/IUPERJ).
- Santos, M. 1993[a] “A aceleração contemporânea: tempo mundo e espaço mundo”, in Santos, Milton; Maria Adélia de Douza, Francisco Scarlato e Monica Arroyo (orgs.) *O novo mapa do mundo. Fim de século e globalização* (São Paulo: HUCITEC/ANPUR).
- Santos, M. 1993[b] *A urbanização brasileira* (São Paulo: HUCITEC).
- Santos, M. 1994 *Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional* (São Paulo: Nobel).
- Santos, M. 1996 *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção* (São Paulo: HUCITEC).
- Santos, M. e M. A. Souza (orgs.) 1986 *O espaço interdisciplinar* (São Paulo: Nobel).
- Santos, W. G. dos 1990 *Discurso sobre o objeto: uma poética do social* (São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria de Estado da Cultura).
- Sawaya, S. B. 1986 “O espaço como objeto de trabalho”, in Santos, Milton e Maria Adélia de Souza (org.) *O espaço interdisciplinar* (São Paulo: Nobel).
- Schaff, A. 1992 *A sociedade informática* (São Paulo: Editora UNESP/Brasiliense).
- Silva, A. C. da 1986 “As categorias como fundamentos do conhecimento geográfico”, in Santos, Milton e Maria Adélia de Souza (org.) *O espaço interdisciplinar* (São Paulo: Nobel).
- Silva Neto, M. L. 1999 *Implicações da aceleração contemporânea na escala local: o caso do Estado de São Paulo* (São Paulo: Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo) Tese de doutorado.
- Simmel, G. 1998 “A divisão do trabalho como causa da diferenciação da cultura subjetiva e objetiva”, in Souza, Jessé e Berthold Oëlza (orgs.) *Simmel e a modernidade* (Brasília: Editora UnB).
- Vianna, L. W. 1995 “O ator e os fatos: a revolução passiva e o americanismo em Gramsci”, in *Dados* (Rio de Janeiro) Vol. 38, N° 2.

Weber, M. 1987 [1904-1905] *A ética protestante e o espírito do capitalismo* (São Paulo: Pioneira).

Wiener, N. 1978 *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos* (São Paulo: Editora Cultrix).

Yáziqi, E.; A. F. A Carlos, R. C. A. Cruz 1996 *Turismo: espaço, paisagem e cultura* (São Paulo: HUCITEC).

Notas

1 Os riscos de fechamento sistêmico da sociedade industrial, da sociedade de massas, foram amplamente anunciados por Herbert Marcuse: “O círculo vicioso parece representar de fato a imagem apropriada de uma sociedade auto-expansiva e autopetruante em sua própria direção preestabelecida –impulsionada pelas necessidades crescentes que ela gera e, ao mesmo tempo, contém” (1973: 50). Devemos acrescentar que, ao nosso ver, alguns dos princípios desta sociedade não desaparecem com a crise do modelo fordista. Ao contrário, são radicalizados pela expansão destes princípios aos serviços e à administração pública.

2 Nas palavras de Walter Benjamin: “O novo é uma qualidade que independe do valor de uso da mercadoria. É a origem da falsa aparência, que pertence de modo inalienável e intransferível às imagens geradas pelo inconsciente coletivo. É a quintessência da falsa consciência, cujo incansável agente é a moda. Essa falsa aparência de novidade se reflete, como um espelho em outro, na falsa aparência do sempre-igual, do eterno retorno do mesmo” (1985: 40).

3 Como nos diz Milton Santos: “A noção de *prático-inerte* introduzida por Sartre é igualmente fundamental. O processo social está sempre deixando heranças que acabam constituindo uma condição para novas etapas. Uma plantação, um porto, uma estrada, mas também, a densidade, ou a distribuição da população, participam dessa categoria de *prático-inerte*, a prática depositada nas coisas, tornada condição para novas práticas” (1996: 112).

4 A título de exemplo: “Não é o governo que ameaça a privacidade, nos tempos de hoje, –é o comércio pela Internet. A web transformou-se num mercado e, nesse processo, fez a privacidade passar de um direito a uma commodity. As tecnologias de alta velocidade de comunicação em rede e de poderosos bancos de dados possibilitaram às empresas acumular, rapidamente e a baixo custo, um tesouro de informações pessoais (...) Não se trata apenas de a tecnologia reunir as informações existentes como arquivos públicos em versões novas e mais velozes. Ela também cria novos tipos de informação. Um dos mais interessantes é o monitoramento ‘click-stream’, ou sequência de cliques, um acompanhamento das pessoas página a página, conforme elas navegam pela web” (McGrath, 1999).

5 É interessante reler, agora, autores que refletiram a natureza do pensamento crítico no âmbito da sociologia e que se dedicaram ao estudo da ação social, tais como Howard Becker e Irving Louis Horowitz: “A análise sociológica de causas tem importância prática. Quando algum objeto ou ação é rotulado como a causa de um evento ou de uma situação, a análise sugere o que deveria ser influenciado ou alterado para produzir uma mudança significativa naquele evento ou situação. Algumas coisas serão mais fáceis de mudar do que outras. A análise pode sugerir que, naquelas circunstâncias, é virtualmente

impossível mudar o que deveria ser mudado para produzir efeito sobre a situação” (1977: 171). Cabe acrescentar que a redução da causalidade ao universo da ação, correlata aos sentidos mais profundos da mudança contemporânea, encontra-se associada, por vezes, à relevância atribuída à teoria dos jogos e à dialética relacional. Entretanto, estas orientações analíticas, que reduzem o sentido de negação do pensamento crítico, não implicam, necessariamente, em secundarização da análise causal, como demonstra Jon Elster (1994).

6 Constitui um campo especialmente interessante de pesquisa, a proliferação de associações empresariais no Brasil nas últimas décadas, quando o teor do meio técnico-científico-informacional estimula novas formas de ação na escala nacional; escala dos mercados, efetivamente alcançada pela modernização da economia e das comunicações no período da ditadura.

7 As transformações do capitalismo envolvem, sempre, a atualização da sua força histórica. É neste sentido que citamos um trecho de Godelier quando analisa a forma/formação capitalista em Marx: “(...) as novas forças produtivas se desenvolveram. A especialização das tarefas leva à diferenciação dos instrumentos e à invenção de instrumentos novos. A complementaridade das tarefas cria as condições de um cálculo econômico mais rigoroso e, portanto, pelo jogo da concorrência, as condições de aplicação das leis do valor” (1981: 19).

8 Observe-se, neste sentido, a tendência analítica à valorização das práticas, das atividades, onde se torna cada vez mais difícil distinguir *poiesis* de *praxis*. Manifesta-se, assim, uma aproximação, não interrogada, entre técnica-atividade e condição humana / experiência-ação humana. Esta aproximação gera riscos de anulação do debate de valores e, assim, de sentidos da ação.

9 Os atuais investimentos em codificação da ação sinalizam a difusão de um pensamento técnico que se constitui na ideologia de segmentos sociais que são portadores do anúncio da irreversibilidade dos impulsos globais. Nesta ideologia, o pragmatismo tende a ocupar o lugar da sociabilidade.

10 Compreendemos que a ação horizontal, valorizada pela dialética relacional, manifesta-se apenas em algumas das esferas da vida corrente, em alguns contextos e arenas propícios ao consenso. O agir no mundo contemporâneo também significa, entretanto, desigualdade de forças e processos de subordinação ou aniquilação. É face à esta outra ação que encontra-se preservada a vitalidade da dialética da negação, defendida por Marcuse.

11 Uma análise iluminadora da transformação da história em prático-inerte pode ser encontrada na Tese de Doutorado de Manoel Lemes da Silva: Implicações da aceleração contemporânea na escala local: o caso do Estado de São Paulo.

12 Seria interessante articular o conceito de impulso global na análise dos processos de privatização de empresas públicas, o que pode ser indicado através de algumas rápidas referências, como por exemplo: o recurso a auditorias externas na avaliação de ativos, com a sua correlata desvalorização; o uso de recursos públicos na “preparação” para a venda; a difusão da temática do “custo Brasil”; a distância entre os preços mínimos (decorrentes da desvalorização) e os alcançados nos leilões, permitindo a legitimação da política traçada pelo governo federal; a trajetória profissional de antigos dirigentes de empresas públicas, incorporados à nova estrutura empresarial dos serviços; as alterações na legislação controladora dos serviços; as novas relações estabelecidas com os usuários; o uso ampliado do marketing (inclusive telemarketing) e de pesquisas de opinião pública.

13 É relevante refletir, no âmbito da questão do trabalho, as iniciativas que ensaiam, no país, a renovação de práticas de organização social, envolvendo incluídos e excluídos. São exemplos: as cooperativas populares e as experiências de auto-gestão de plantas industriais, além dos processos de organização de desempregados desenvolvidos por sindicatos. Também faz parte desta frente de processos novos, o envolvimento sindical na organização de trabalhadores de setores terceirizados, após a privatização de empresas públicas.

14 Walter Benjamin (1985) antecipa a problemática da ambiência (contextualização) ao refletir a produção moderna de mercadorias. A ambiência seria indispensável ao próprio convencimento, da sociedade, de que supérfluos são necessários e até mesmo indispensáveis. Assim, a ambiência seleciona objetos, numa vida crescentemente objetivada, e agrega valor a bens materiais e serviços.

15 Ver, neste sentido, resultados alcançados em pesquisas sobre turismo (Yázigi, Carlos e Cruz, 1996), shopping centers (Pintaudi e Frúgoli Jr., 1992; Bienestein, 1993) e novas práticas de planejamento urbano (Garcia, 1997; Dantas, 1998).

Publicaciones de CLACSO

- **Revista N° 12 OSAL**
Revista del Programa del Observatorio Social de América Latina de CLACSO
- **Guerrero Cazar y Ospina Peralta**
El poder de la comunidad
Ajuste estructural y movimiento indígena en los Andes ecuatorianos
- **Riquelme**
Los sin tierra en Paraguay
Conflictos agrarios y movimiento campesino
- **Seoane**
Movimientos sociales y conflicto en América Latina
- **De Barbieri**
Género en el trabajo parlamentario
La legislatura mexicana a fines del siglo XX
- **de la Garza Toledo y Salas**
NAFTA y MERCOSUR
Procesos de apertura económica y trabajo
- **Boron**
Estado, capitalismo y democracia en América Latina
- **Revista N° 15 Chiapas**
Edición Argentina
- **Sader y Gentili**
La trama del neoliberalismo
Mercado, crisis y exclusión social (reedición)
- **Boron**
Filosofía política contemporánea
Controversias sobre civilización, imperio y ciudadanía
- **Alabarces**
Futbologías
Fútbol, identidad y violencia en América Latina
- **Ayerbe**
O Occidente e o “Resto”
A América Latina e o Caribe na cultura do Império

- **Mollis**
Las universidades en América Latina: ¿reformadas o alteradas?
La cosmética del poder financiero
- **Gadotti, Gómez y Freire**
Lecciones de Paulo Freire
Cruzando fronteras: experiencias que se completan
- **Briceño-León**
Violencia, sociedad y justicia en América Latina
- **Levy**
Crisis y conflicto en el capitalismo latinoamericano: lecturas políticas
- **Schorr, Castellani, Duarte y Debrott Sánchez**
Más allá del pensamiento único
Hacia una renovación de las ideas económicas en América Latina y el Caribe
- **Singer**
Izquierda y derecha en el electorado brasileño:
la identificación ideológica en las disputas presidenciales de 1989 y 1994
- **López Maya**
Protesta y cultura en Venezuela: los marcos de acción colectiva en 1999
- **Mato**
Estudios y otras prácticas intelectuales latinoamericanas en cultura y poder
- **Boron**
Imperio & Imperialismo
Una lectura crítica de Michael Hardt y Antonio Negri
- **Boron y de Vita**
Teoría y filosofía política
La recuperación de los clásicos en el debate latinoamericano
- **Alimonda**
Ecología política
Naturaleza, sociedad y utopía
- **Gambina**
La globalización económico-financiera
Su impacto en América Latina
- **Ceceña y Sader**
La guerra infinita
Hegemonía y terror mundial

- **Ivo**
Metamorfoses da questão democrática
Governabilidade e pobreza
- **de la Garza Toledo y Neffa**
El futuro del trabajo. El trabajo del futuro
- **de la Garza Toledo**
Los sindicatos frente a los procesos de transición política
- **Barrig**
El mundo al revés: imágenes de la mujer indígena
- **Torres**
Paulo Freire y la agenda de la educación latinoamericana en el siglo XXI
- **Lanzaro**
Tipos de presidencialismo y coaliciones políticas en América Latina
- **Mato**
Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización 2
- **Mato**
Estudios latinoamericanos sobre cultura y transformaciones sociales en tiempos de globalización
- **de Sierra**
Los rostros del Mercosur
El difícil camino de lo comercial a lo societal
- **Seoane y Taddei**
Resistencias mundiales
De Seattle a Porto Alegre
- **Sader**
El ajuste estructural en América Latina
Costos sociales y alternativas
- **Ziccardi**
Pobreza, desigualdad social y ciudadanía
Los límites de las políticas sociales en América Latina
- **Midaglia**
Alternativas de protección a la infancia carenciada
La peculiar convivencia de lo público y privado en el Uruguay

- **Giarraca**
¿Una nueva ruralidad en América Latina?
- **Boron**
Teoría y filosofía política
La tradición clásica y las nuevas fronteras
- **Boron**
Tras el búho de Minerva
Mercado contra democracia en el capitalismo de fin de siglo
- **Balardini**
La participación social y política de los jóvenes en el horizonte del nuevo siglo
- **Boron**
La filosofía política clásica
De la antigüedad al renacimiento
- **Boron**
La filosofía política moderna
De Hobbes a Marx
- **Várnagy**
Fortuna y virtud en la república democrática
Ensayos sobre Maquiavelo
- **Torres Ribeiro**
Repensando la experiencia urbana en América Latina:
cuestiones, conceptos y valores
- **Gentili y Frigotto**
La ciudadanía negada
Políticas de exclusión en la educación y el trabajo
- **de la Garza**
Reestructuración productiva, mercado de trabajo y sindicatos en América Latina
- **Alabarces**
Peligro de gol
Estudios sobre deporte y sociedad en América Latina
- **Lander**
La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales
Perspectivas latinoamericanas
- **Boron, Gambina y Minsburg**
Tiempos violentos
Neoliberalismo, globalización y desigualdad en América Latina

- **Strasser**
Democracia & desigualdad
Sobre la “democracia real” a fines del siglo XX
- **Feijóo**
Mujer y sociedad en América Latina
- **Feijóo**
Tiempo y espacio: las luchas sociales de las mujeres latinoamericanas
- **Rivera**
Voces femeninas y construcción de identidad
- **Rivera**
Mujer, trabajo y ciudadanía

Este libro se terminó de imprimir en el
taller de Gráficas y Servicios S.R.L.
Santa María del Buen Aire 347,
en el mes de febrero de 2004.
Primera impresión, 1.500 ejemplares

Impreso en Argentina